

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.577 - RS (2019/0348282-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**IMPETRANTE** : **ALTAIR AGALA**  
**IMPETRANTE** : **AMANDA HERBER**  
**ADVOGADOS** : **SABRINA SOARES DE AVILA QUINT - RS056680**  
: **NELY QUINT - RS012990B**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**EMENTA**

MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCOMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA O JULGAMENTO. ART. 105, I, B, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SÚMULA N. 41/STJ. INCIDÊNCIA. Indeferimento, de plano, da petição inicial do mandado de segurança.

**DECISÃO**

Cuida-se de mandado de segurança impetrado por Altair Agala e Amanda Herber contra decisão proferida pela Desembargadora Katia Elenise Oliveira da Silva, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, nos autos da Apelação n. 0287496-49.2018.8.21.7000, a qual indeferiu o pedido de extensão dos efeitos do julgamento do apelo para outras demandas iguais.

Depreende-se dos autos que foram ajuizadas 3 (três) ações indenizatórias em desfavor de Real Rodovias de Transportes Coletivos em decorrência de acidente automobilístico.

Os impetrantes alegam que, durante a instrução processual, as partes suscitaram a conexão dos processos, porém, o Juiz se limitou a instruir todos as demandas conjuntamente e julgar improcedente todas as 3 (três) ações.

Em razão disso, somente as autoras do Processo n. 0005356-84.2014.8.21.0014 recorreram, fixando inertes os demais demandantes. Ao julgar o apelo, o TJRS deu-lhe parcial provimento para condenar a requerida ao pagamento de indenização, reconhecendo-se, ainda, a culpa concorrente da vítima.

# Superior Tribunal de Justiça

Diante disso, os impetrantes "peticionaram no segundo grau de jurisdição postulando o reconhecimento da conexão e que a coisa julgada atingisse as demandas de n. 0006027-10.2014.8.21.0014 e 0006032-32.2014.8.21.0014 no sentido de reconhecer a culpa concorrente do requerido, que restou transitada em julgado na demanda 0005356-84.2014.8.21.0014, eis que proveniente do mesmo fato" (e-STJ, fl. 6).

Entretanto, a Desembargadora Relatora indeferiu o pedido, o que ensejou a impetração do presente *writ*, pois os impetrantes asseveraram que postularam a reunião das 3 (três) ações e, embora o Juízo *a quo* não tenha proferido despacho reconhecendo a conexão, passou a tratar todas as demandas conjuntamente, o que constitui seu direito líquido e certo de ver aplicados os efeitos da coisa julgada constituída no Processo n. 0005356-84.2014.8.21.0014 em sua demanda.

Brevemente relatado, decido.

Preliminarmente, é de ver que ao Superior Tribunal somente compete processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança impetrados contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal, consoante previsão do art. 105, I, *b*, da Constituição da República.

Daí que, se não provém o ato atacado de uma das autoridades apontadas nesse rol, evidente se torna a incompetência do Superior Tribunal para o processamento do *writ*.

Como corolário da previsão constitucional, temos que, nos termos da Súmula 41, "o Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. DE DESEMBARGADOR DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCOMPETÊNCIA DO STJ. ART. 105, I, B, DA CF. SÚMULA 41/ST

J 1. O art. 105, I, *b*, da CF, delimita competência absoluta do STJ, estabelecendo expressamente as restritas hipóteses de impetração de mandado de segurança originário, sem prever qualquer exceção que

# *Superior Tribunal de Justiça*

lhe confira atribuição de atuar em situação não fixada.

2. O enunciado 41 da Súmula/STJ, estabelece que este Tribunal não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos.

3. Agravo a que se nega provimento. (AgRg no MS n. 16.984/RN, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe 31/8/2011)

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DE DESEMBARGADORA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SÚMULA 41 DO STJ. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no MS n. 18.635/RS, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 21/8/2012)

À vista disso, indefiro, desde logo, a petição inicial do mandado de segurança, nos termos do art. 10 da Lei n. 12.016/2009.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator